

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS SOBRE A ATUAÇÃO DE SEUS EGRESSOS

MÔNICA CASTAGNA MOLINA

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

SALOMÃO ANTÔNIO MUFARREJ HAGE

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

MARIA DE FÁTIMA ALMEIDA MARTINS

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

MARCELO FABIANO RODRIGUES PEREIRA

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF), Brasília, Distrito Federal, Brasil

RESUMO: O artigo apresenta resultados de pesquisas sobre a atuação de egressos(as) dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo de instituições federais das regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, objetivando demonstrar a importância dos cursos em defesa da garantia do direito à Educação para os sujeitos camponeses. Adotou-se a metodologia de análise documental de teses e dissertações sobre os egressos das LEdoCs, de artigos publicados que tratam dessa temática, além dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos analisados. Os resultados evidenciam a importância da Licenciatura em Educação do Campo nos territórios em foco, ao ampliar o acesso à Educação Superior com uma significativa oferta de vagas direcionadas aos sujeitos camponeses, bem como a importância desses cursos de formação no processo de produção de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Formação de Educadores. Direito à Educação. Egressos.

INTRODUÇÃO

Atualmente, em função da crise estrutural do capital, tal como ocorre em outros países, o Brasil vive um contexto extremamente complexo e de alto risco de perda das conquistas alcançadas no âmbito das políticas públicas educacionais. Segundo destacam Freitas (2018) e Frigotto (2020), dadas as necessidades dos conglomerados de diferentes setores empresariais de acessarem novos nichos de acumulação de capital, têm sido travadas acirradas disputas pelos fundos públicos que custeiam tais políticas.

Um dos maiores riscos reside nas estratégias políticas para reconfigurar o papel do Estado de garantidor do direito à educação escolar, arcando com os custos de sua oferta a todos, com fundamento no princípio constitucional da educação como um direito, e que deveria, portanto, estar disponível a todos os cidadãos (BRASIL, 1988).

Freitas (2018) e Frigotto (2020) ressaltam que a luta da classe trabalhadora durante décadas pelo direito à educação se vê seriamente ameaçada por interesses que atuam com força nas ações políticas, buscando reconfigurar o papel do Estado, diminuindo seu escopo de atuação, e ampliando a abrangência do mercado.

No âmbito do direito à Educação Superior, o processo de perda dos direitos e da privatização caminha a passos largos. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2022), extraídos do Censo da Educação Superior, nesse nível de ensino, a matrícula de estudantes aumentou 35,5% na última década (2010-2020), atingindo o contingente de 8.680.354 em 2020, sendo, porém, extremamente preocupante o fato de as IESs privadas deterem nada menos do que a participação de 77,5% no total de matrículas. Outro dado bastante inquietante mostra que, no mesmo período, as matrículas nos cursos à distância aumentaram 233,9%, atingindo mais de 3 milhões de matrículas na modalidade em 2020, o que representa uma participação de 35,8% do total de matrículas na graduação.

Agravando ainda mais esse macrocontexto de privatização do direito à educação que já estava em curso no país, o golpe jurídico, político e midiático que abreviou o mandato da presidente Dilma Roussef colocou em profundo risco a continuidade de várias políticas públicas tão duramente conquistadas pela classe trabalhadora em nosso país, entre elas, as políticas públicas de Educação do Campo. Tais políticas seguiram fortemente atacadas no (des)governo Bolsonaro (MOLINA; SANTOS; BRITO, 2020; SANTOS, 2018).

Uma dessas políticas conquistadas na luta pela Educação do Campo, que tem sofrido profundas ameaças de permanência e consolidação, é a do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, iniciando com quatro experiências-piloto (Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Sergipe), ampliadas posteriormente com a oferta de novos cursos, por meio dos Editais MEC nºs 2/2008, 9/2009 e 2/2012 (BRASIL, 2008, 2009, 2012).

Para viabilizar o processo necessário à implementação dos cursos, o Ministério da Educação, no Edital 2/2012, disponibilizou 600 vagas de concurso público para docentes da Educação Superior e 126 vagas para técnicos das instituições selecionadas no referido edital, o que significou uma importante conquista da luta pelo direito à educação.

Os resultados produzidos pelas Licenciaturas em Educação do Campo – LEdoCs, que dão materialidade a essa política, têm-se mostrado muito relevantes na perspectiva desse direito constitucional. Passados mais de quinze anos de suas primeiras experiências, as LEdoCs têm conseguido produzir resultados significativos tanto dentro das próprias universidades quanto nos territórios rurais de origem dos licenciados, firmando-se como importante ação do Estado para a garantia do direito à educação do campesinato.

As LEdoCs têm como objeto as escolas do campo, com ênfase na construção de novas formas de organização escolar e de métodos do trabalho pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Uma das especificidades dessas Licenciaturas é a formação de educadores(as) por áreas do conhecimento, habilitando-os(as) para a docência interdisciplinar nas escolas do campo. De acordo com a matriz original dos cursos, além da formação para a docência por áreas, eles objetivam preparar educadores(as) para atuarem na gestão de processos educativos escolares e comunitários.

As LEdoCs estão inseridas nas lutas mais amplas do Movimento Nacional de Educação do Campo. Seu papel está intrinsecamente relacionado à luta protagonizada pelos movimentos sociais para a superação do modelo hegemônico de organização da agricultura no Brasil baseado no agronegócio. Trata-se de um modelo, como se sabe, baseado na alta concentração de terras, com imensas áreas monocultoras e massiva utilização de agrotóxicos aliada à enorme devastação ambiental.

De acordo com Alentejano (2020), ao contrário desse padrão predatório de organização da agricultura, o projeto territorial camponês tem como pilar fundamental a desconcentração fundiária via Reforma Agrária Popular, o que necessariamente implica na produção em bases agroecológicas, transformando não só as relações de produção, mas também a própria relação homem-natureza, tendo como horizonte a conquista da soberania alimentar e a promoção da justiça social.

A construção do projeto territorial camponês não pode prescindir da universalização do direito à educação, no âmbito do qual a Educação do Campo e as escolas do campo têm papel fundamental. A elas compete o desafio de participarem da formação dos camponeses como sujeitos de práxis (VÁSQUEZ, 2011) capazes não só de compreenderem as contradições entre ambos os modelos de organização da agricultura, quanto de coletivamente lutarem para enfrentar e superar essas contradições.

Pensando o território como um conceito relevante para e na Educação do Campo, é preciso entender a complexidade própria do conceito, reveladora da multidimensionalidade política, social, econômica, ambiental e cultural que ele alcança. Na mesma direção acontece a discussão que levanta Fernandes (2005), indicando que o território contém a forma multiescalar, e isso evidencia a sua importância como orientador da ação prática formativa dos sujeitos do campo.

Na formação dos educadores do campo, o território assume centralidade para o processo de aprendizagem, por possibilitar se pensar os sujeitos e, com eles, os espaços e suas formas de viver e permanecer no campo como território de vida e luta, portanto, como educação que articula o viver-fazer como existência, como prática espacial que alimenta as lutas em cada território. E essa articulação com o território se traduz em importante fator na oferta das LEdoCs através da Alternância Pedagógica (HAGE; FARIAS; ARAÚJO, 2016). A organização curricular dessa graduação prevê etapas presenciais em regime de Alternância entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade, tendo em vista precisamente a conexão entre a educação e a realidade das populações do campo.

A articulação dos processos de formação de educadores do campo com as questões de seus territórios tem sido apontada como um dos grandes aportes das LEdoCs à construção do projeto territorial camponês.

A garantia da chegada da preciosa diversidade de sujeitos camponeses a essas licenciaturas tem como corolário o reconhecimento da diversidade territorial de onde advêm, das diferentes formas de produção material da vida e das lutas que esses sujeitos coletivos protagonizam em cada um desses territórios, ampliando significativamente a produção do conhecimento a partir do protagonismo desses(as) estudantes e licenciados(as). Essas lutas são trazidas à Universidade, e a Universidade também chega até elas, movida pela própria dinâmica

decorrente da Alternância entre Tempo Comunidade e Tempo Universidade. Nesse âmbito, as pesquisas sobre os(as) egressos(as) confirmam um dos grandes acertos dessas licenciaturas propostos por seu projeto político pedagógico: considerar indissociáveis as questões entre Terra-Luta-Trabalho-Educação-Território-Cultura-Identidade. (MOLINA, 2021, p. 5).

É com o objetivo de mostrar os resultados dentro das universidades e nos territórios rurais de origem dos licenciados que este estudo apresenta resultados de pesquisas sobre a atuação dos(as) egressos(as) das LEdoCs de instituições federais de ensino superior de três regiões do Brasil: Norte (UFPA e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA), Centro-Oeste (UnB) e Sudeste (UFMG). Essas unidades foram selecionadas considerando a atuação docente dos autores nas LEdoCs das respectivas IESs e a realização de pesquisas apoiadas pelo CNPq sobre elas, que tais docentes vinculados à Rede Universitas-Br – Subprojeto 7, desenvolvem.

Portanto, objetivando apresentar como se tem materializado essa conexão nos cursos do Pará, Distrito Federal e Minas Gerais, e como se tem garantido o direito à educação desses sujeitos, organizou-se este artigo apresentando em cada uma de suas três partes as experiências dessas Unidades da Federação na oferta das LEdoCs e os resultados alcançados nas IES que as ofertam e nos territórios rurais de origem de seus respectivos educandos.

A LEDOC NO PARÁ E RESULTADOS DE PESQUISAS SOBRE A ATUAÇÃO DOS(AS) EGRESSOS(AS)

As origens da LEdoC no Pará remetem à aprovação do IFPA no Edital MEC 2/2008 (BRASIL, 2008), destinada às áreas de Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza e Matemática, com turmas distribuídas entre os municípios de Altamira, Conceição do Araguaia, Marabá, Tucuruí, Abaetetuba e Bragança, ampliadas com o Edital MEC 9/2009 (BRASIL, 2009), para os municípios de Castanhal, Tomé-Açú, Santarém, Redenção, Portel e São Sebastião da Boa Vista.

Nesse último Edital, Santos (2020) destaca que a UFPA aprovou a oferta de vagas para a LEdoC no Campus de Abaetetuba, áreas de Linguagem, Ciências da Natureza e Matemática, abrangendo os municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Mirim e Moju. O Campus de Marabá da UFPA ofertou, a partir de 2009, com o apoio do REUNI e do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, turmas da LEdoC nas quatro áreas do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais, Ciências Agrárias e da Natureza, Letras e Linguagem, além de Matemática.

A efetiva expansão da Licenciatura em Educação do Campo no Pará ocorreu somente com o Edital MEC 2/2012 (BRASIL, 2012), que propôs a ampliação de 42 cursos em todo o país. A UFPA aprovou quatro projetos com esse Edital, implementados nos *campi* de Abaetetuba, Cametá, Altamira e Marabá, na modalidade presencial. Segundo Araújo Silva (2017), essa expansão favoreceu a consolidação da LEdoC como política estruturante na UFPA com a criação de unidades acadêmicas específicas: Faculdade de Educação do Campo – FECAMPO, no *Campus* de Cametá; Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo – FADECAM, no *Campus* de Abaetetuba; Faculdade de

Etnodiversidade, no *Campus* de Altamira; Faculdade de Educação do Campo – FECAMPO – LedoC, do *Campus* de Marabá, integrado à nova universidade criada no Pará em 2013, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

A partir desses dados, tem-se como resultado relevante das LEdoCs no Pará, desde a criação até o momento presente, a oferta de 66 turmas, com 2.645 vagas e 873 licenciados nas seguintes instituições: UFPA – *Campi* de Cametá, Abaetetuba e Altamira; UNIFESSPA – *Campus de Marabá*, e IFPA – *Campi* de Castanhal, Bragança, Breves, Rural de Marabá e Santarém.

A relevância da LEdoC para a afirmação do direito à educação dos povos do campo no Pará pode ser demonstrada, ainda, com a produção de 8 teses e 3 dissertações sobre o curso em diversos campos de investigação: política de formação de professores e acesso dos camponeses à Educação Superior (ARAÚJO SILVA, 2017; BRITO, 2017); institucionalização do curso e contribuições para as práticas educativas e de organização dos movimentos sociais do campo (SOUSA DA SILVA, 2019; ANJOS, 2020); experiência da Formação em Alternância e sua relação com os territórios camponeses (FARIAS, 2019; PEIXOTO DE CRISTO, 2021); inovações curriculares e de projetos pedagógicos e relação com a Educação Básica (FONSECA, 2018; BARROS, 2021); egressos(as) do curso e suas intervenções nas escolas de educação básica e nas comunidades e territórios camponeses (TRINDADE, 2016; LOPES E SILVA, 2017; SANTOS, 2020).

A LEdoC se apresenta como um desafio às universidades pelo fato de assumir a Alternância como estratégia formativa. A Formação em Alternância (HAGE; FARIAS; ARAÚJO, 2016) assume a Pesquisa como Princípio Metodológico, estimulando todos os sujeitos participantes dos processos educativos a produzirem conhecimentos, articulando o viés acadêmico com os saberes da experiência do trabalho e da cultura produzida pelos sujeitos camponeses em seus territórios rurais de origem. Eles passam a ser compreendidos como sujeitos coletivos com dinâmicas, necessidades, interesses e demandas próprias, que interagem com as escolas e demais espaços educativos e com eles assumem a ação formativa dos sujeitos do campo (HAGE; FARIAS; ARAÚJO, 2016).

Lopes e Silva (2017) investigaram as práticas educativas dos(as) egressos(as) da LEdoC do IFPA de Castanhal, constatando um grande esforço de relacionarem o conteúdo escolar com a realidade dos educandos. Os educadores entrevistados e acompanhados *in loco* pela pesquisadora apresentaram uma preocupação com a compreensão dos conteúdos por parte de seus alunos. Eles procuravam despertar a curiosidade dos estudantes, consideravam a cultura local e as experiências vividas por eles, estabelecendo a conexão com os conteúdos trabalhados na sala de aula, identificando as necessidades das comunidades e municípios, e ajudando na organização de lutas para a melhoria de suas condições de vida. Nas práticas educativas dos(as) egressos(as) do curso, observou-se a preocupação a respeito do diálogo com os alunos, incorporando a dinâmica das aulas e da contextualização dos conteúdos com as pesquisas na comunidade.

Trindade (2016), ao investigar as representações sociais de egressos(as) da LEdoC-UFPA, *Campus* de Abaetetuba, sobre a formação docente no curso e sua relação com a atuação no contexto social do campo, constatou que o curso se desenvolveu além do esperado. Além da Alternância Pedagógica, a formação política facilitou um

olhar crítico sobre a realidade e sobre os movimentos sociais do campo, possibilitando articular teoria e prática no contexto social camponês.

A referida pesquisa constatou que a proposta formativa do curso auxiliou diretamente os(as) egressos(as) a compreenderem melhor a importância do protagonismo dos movimentos sociais para uma nova educação, a Educação do Campo, bem como a necessidade do permanente debate no contexto da escola, da comunidade e nos seus territórios sobre os projetos em disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar. Por esse motivo, sentem-se comprometidos em voltar para as suas comunidades e fazer um trabalho diferenciado (TRINDADE, 2016).

Santos (2020), por sua vez, investigou as práticas dos(as) egressos(as) da LEdoC-UFGA, *Campus* de Abaetetuba, na docência e na gestão dos processos educativos escolares. O autor observou que os educadores que atuam na docência têm-se empenhado em realizar um trabalho contextualizado que faça sentido para os seus educandos. Mesmo com dificuldades para lecionar em suas áreas específicas de formação, esses profissionais se reconhecem com um conhecimento diferenciado e entendem que a comunidade é detentora de uma tecnologia própria, fruto da relação do trabalho dos sujeitos com a natureza, e procuram valorizar seus saberes e fortalecer a identidade de seus pares, ampliando o olhar sobre a própria tecnologia.

Santos (2020) identificou nos depoimentos dos(as) egressos(as) que a Licenciatura lhes proporcionou um conhecimento mais amplo da realidade, que eles estão pondo em prática nas escolas e nas comunidades os conhecimentos teórico-práticos que adquiriram durante a formação. Apesar de assumirem a docência na forma de contratos temporários e em outros níveis de escolarização para os quais não foram preparados, os(as) egressos(as) demonstraram grande envolvimento com suas comunidades, onde atuam como coordenadores de associações de agricultores, secretários de centros comunitários, coordenadores de pastorais na comunidade católica, coordenadores de projetos de assentamento agroextrativista, lideranças de sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e diferentes conselhos. Alguns já tinham vínculos com essas organizações antes do curso, e os que não os tinham sentiram necessidade de participar das organizações com a formação recebida no curso.

Santos (2020) também identificou, entre as ações dos(as) egressos(as), um forte envolvimento com questões macrossociais, como a luta contra os grandes projetos em execução na Amazônia, tal como o Terminal Portuário, de uso privado da CARGIL a ser implantado no território local, que trará grandes impactos às comunidades ribeirinhas. Foi observada a continuidade dos estudos após o curso, com os(as) egressos(as) participando de cursos de especialização (*lato sensu*), acessando o mestrado e o doutorado, e investigando as realidades de seus próprios territórios ao pautarem temas diretamente ligados aos conflitos que os sujeitos do campo, das águas e da floresta vêm enfrentando na Amazônia.

A LEDOC-UNB E RESULTADOS DE PESQUISAS SOBRE A ATUAÇÃO DOS(AS) EGRESSOS(AS)

A LEdoC na Universidade de Brasília, ao longo de seus quinze anos de existência, desde a experiência-piloto de 2007 até este ano de 2022, garantiu a oferta de

18 turmas, nas quais ingressaram 813 estudantes, e delas, 12 já foram concluídas, com 275 licenciados, estando 6 turmas em desenvolvimento no presente momento.

Atualmente, a oferta de vagas na LEdoC-UnB se destina a três áreas do conhecimento: Ciências da Natureza; Matemática e Linguagens, Artes e Literatura. Desde 2013, Matemática se constituiu uma área de habilitação separada da área de Ciências da Natureza. Tal desmembramento, necessário do ponto de vista teórico, para qualificação da formação docente em ambas as áreas – que estiveram juntos no curso da UnB de 2007 a 2012 – também possibilitou o aumento de 15 vagas no quadro de docentes da universidade para esse curso, totalizando 28 professores permanentes.

Após várias configurações da abrangência territorial da LEdoC-UnB nestes quinze anos, o curso atualmente recebe estudantes de territórios rurais de três estados: Goiás, parte de Minas Gerais e Distrito Federal. A maioria dos ingressantes vem, no período atual, das áreas rurais do Distrito Federal e Entorno; de Unai (Minas Gerais); das cidades de Flores de Goiás e Formosa (Goiás); do Território Quilombola Kalunga, que abrange os municípios goianos de Cavalcante, Teresina e Nova Roma, dos quais provém o maior número de estudantes da LEdoC-UnB nos últimos anos.

A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília estrutura suas intencionalidades pedagógicas objetivando promover a formação de educadores do campo capazes de materializar em suas ações o exercício da práxis transformadora (VÁSQUEZ, 2011). Portanto, objetiva preparar um educador que seja capaz de favorecer a constante articulação entre as escolas do campo e as comunidades camponesas, entre escola e vida, ou seja, entre escola e trabalho, entre estudo e produção material da vida, a fim de que possam protagonizar processos educativos de resistência e contribuir com a transformação social mais ampla, que envolve a superação da lógica societal capitalista.

Esse projeto formativo, nascido da luta dos camponeses pelo direito à Educação Superior e pela formação específica de educadores do campo, tem como diferenciais: a institucionalização da oferta da Educação Superior em Alternância; a formação por áreas do conhecimento; a formação para gestão de processos educativos escolares e comunitários e a formação de docentes capazes de desencadear a transformação da forma escolar atual. Em razão desses diferenciais, a LEdoC-UnB tem despertado o interesse de muitos pesquisadores em investigar a formação que conduz, o que gerou até agora 27 pesquisas de mestrado e doutorado concluídas (MOLINA; ROCHA; SANTOS, 2019) e muitas outras em desenvolvimento.

Reafirmando as contribuições das Licenciaturas para mudanças também no âmbito interno das universidades, por promoverem a habilitação em todas as áreas do conhecimento, têm-se desencadeado paralelamente significativas ampliações e diversificações das áreas dos Programas de Pós-Graduação nos quais se realizam pesquisas sobre as inovações teórico-práticas materializadas pelas LEdoCs. É um fenômeno que se verifica em dezenas de IESs (MOLINA; ANTUNES-ROCHA; MARTINS, 2019), inclusive na UnB. Nos anos iniciais de sua oferta na Universidade de Brasília, as pesquisas sobre a LEdoC se concentravam no Programa de Pós-Graduação em Educação. Atualmente, há o registro dessas investigações em PPGs de diferentes áreas do conhecimento da Universidade: Ensino de Ciências; Linguística; Psicologia; Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional; Serviço Social; Comunicação; Artes; Psicologia; Geografia (MOLINA; ROCHA; SANTOS, 2019). Muitas dessas pesquisas

tratam dos(as) egressos(as) e, neste artigo, objetivando destacar as contribuições da LEdoC-UnB para os territórios, expõe-se a seguir alguns resultados dessas investigações.

Gomide *et al.* (2019) constataram que a dinâmica de atuação da LEdoC-UnB nas ações decorrentes da Alternância Pedagógica nas Comunidades do Território Kalunga, onde há muitos(as) egressos(as) e estudantes do curso, propicia relevantes avanços no fortalecimento do processo de educação, formação e organização social da população rural e quilombola da região. Esse estudo aponta a Alternância Pedagógica como importante alternativa metodológica de oferta da Educação Superior, que fortaleceu vínculos e inter-relações entre a universidade e as comunidades rurais locais por pelo menos quatro motivos: 1) apoio ao posicionamento político de egressos(as) em funções de liderança política e organizações coletivas diversas do território; 2) suporte para a ampliação da participação de jovens e mulheres em espaços de organização social, comunitária e política; 3) materialização de práticas formativas que trabalham a cultura como matriz formativa para a elevação dos níveis de consciência dos integrantes do território; 4) estímulo à autoria dos próprios sujeitos na proposição de iniciativas centradas num projeto de educação popular, cultural, formação e organização social.

A pesquisa de Brito (2017) constatou que a LEdoC-UnB, por sua organização curricular, epistemológica e metodológica, tem favorecido a formação de sujeitos para desenvolverem práticas pedagógicas nas escolas do campo e nas comunidades com estreitos vínculos com a Epistemologia da Práxis (MOLINA; BRITO, 2017). Por outro lado, verificou que os(as) egressos(as) estão atuando na docência, mas não somente na área e etapa para as quais foram habilitados.

Nessa mesma direção, Pereira (2019) analisou a atuação de egressas da LEdoC-UnB nas escolas do campo em Tangará da Serra, Mato Grosso. Concluiu-se que, ao atuarem na docência multidisciplinar por área do conhecimento e na gestão da Escola do Campo, os egressos conseguem promover substanciais transformações na forma escolar. O pesquisador destaca, ainda, que o envolvimento nas lutas da Educação do Campo, em associação ao processo formativo vivenciado na universidade, subsidia os(as) egressos(as) na atuação transformadora em seus territórios. É uma atuação que consiste em engajamento nas lutas por políticas públicas, nas transformações da organização do trabalho pedagógico das escolas do campo e na participação ativa em movimentos sociais e sindicais do campo.

Há licenciados(as) inserindo-se profissionalmente em diferentes espaços de gestão, não só escolares, mas também em associações e cooperativas, em sindicatos, em secretarias municipais, no Poder Executivo (municipal ou estadual), etc. (MOLINA; PEREIRA; BRITO, 2021; BRITO, 2017; GOMIDE *et al.*, 2019). Isso significa que os(as) egressos(as) ressignificaram suas formas de ler e intervir em seus territórios e, nesse processo, vão engendrando importantes redes de luta e resistência, a fim de continuarem a garantir sua reprodução material no campo, as tradições e culturas locais.

A questão do trabalho coletivo protagonizado pelos(as) egressos(as) foi o foco específico das pesquisas de Ferreira (2015) e Brito (2017), que ratificaram o trabalho fomentado pela LEdoC como força motriz que favorece o exercício da práxis, possibilitando a transformação da forma escolar e a formação emancipatória dos sujeitos.

Há pesquisas realizadas também no âmbito do fortalecimento das identidades e compreensão dos papéis sociais dos sujeitos do campo. Araújo (2016) verificou que a LEdoC-UnB contribuiu para que os sujeitos assumissem novos papéis sociais, fortalecendo suas atuações nas comunidades e escolas. Pereira (2014), direcionando sua investigação para as relações de gênero, constatou que a LEdoC facilitou o estremecimento da estrutura de dominação vivenciada pelas mulheres, possibilitando a elaboração de novos sentidos e significados em suas vidas e construindo estratégias de resistência em face das posturas de discriminação.

A LEDOC DA UFMG E OS RESULTADOS DAS PESQUISAS SOBRE A ATUAÇÃO DE SEUS(SUAS) EGRESSOS(AS)

A Licenciatura em Educação do Campo da UFMG, com sua implantação em 2005, promoveu uma mudança em relação ao ingresso de alunos naquela universidade, o que significou camponeses, sujeitos de direito por educação, ocupando a cena acadêmica. Esses sujeitos oriundos da luta histórica por terra e vida digna, resgatam, ressignificam e atualizam com suas presenças o sentido amplo, social e territorial da universidade.

Suas presenças demandam o permanente diálogo com os territórios de produção da vida de onde se originam. Daí, justifica-se a forma de organização curricular em dois tempos: Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC) que nos territórios materializam a Formação em Alternância. Metodologicamente, os diferentes tempos e espaços são educativos, e neles a crítica contínua aos contextos referentes à reprodução ampliada do capital no campo constituem elementos fundantes no processo formativo, favorecendo a elevação da consciência dos sujeitos camponeses na formação.

A LEdoC-MG tornou-se um importante marco nas políticas públicas de Minas Gerais. Com suas raízes no movimento pela Educação do Campo e catapultada pelos movimentos sociais, a licenciatura foi criada em 2005 e sua primeira turma tornou-se uma das referências no âmbito nacional, dando fundamento ao PROCAMPO a partir de 2007. Com o REUNI, o curso tornou-se regular na UFMG em 2009. Com a ampliação da política pelo Edital MEC 2/2012 (BRASIL, 2012), a LEdoC-MG passou a ser ofertada também de forma permanente por mais 3 Universidades Federais do estado: a do Triângulo Mineiro, a de Viçosa e a dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Na UFMG, a LEdoC já formou, de 2005 a 2021, 15 turmas nas quatro áreas de conhecimento (CSH – Ciências Sociais e Humanas; CVN – Ciências da Vida e da Natureza; LAL – Língua, Artes e Literatura; Matemática). Na turma de 2005, os 60 alunos seguiram juntos na organização curricular até o terceiro período com a formação sobre concepções e práticas do professor do campo, e, a partir do quarto período, eles foram agrupados por cada área específica do conhecimento (CSH, CVN, LAL ou Matemática).

As mudanças no curso e na sua estrutura curricular foram acontecendo à medida que as condições para a consolidação e efetivação das turmas foram configuradas mediante as políticas e as condições internas e externas para a formação de professores na Universidade. Desse modo, em 2008, a oferta ocorreu para duas habilitações (CVN e LAL) e, em 2009, através do REUNI, houve a oferta regular para 35 alunos por turma.

Contando as duas primeiras turmas-piloto, nas quais ingressaram 133 alunos, mais as 13 turmas com 35 alunos a partir de 2009, com entradas alternadas entre as quatro áreas do conhecimento, ao todo ingressaram 588 alunos na LEdoC-MG.

De 2005 a 2021, o curso formou 4 turmas na área de Língua, Arte e Literatura, 3 na de Ciências Sociais e Humanidades, 4 em Ciências da Vida e da Natureza e 3 em Matemática. A LEdoC-MG está presente em quase todas as regiões mineiras, destacando-se as regiões norte, noroeste e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com número expressivo de egressos(as).

Sobre a atuação dos egressos(as) no Vale do Jequitinhonha e tendo como parâmetro o período de 2005 a 2011, destaca-se que:

De 2005 a 2011 formaram na Universidade Federal de Minas Gerais 144 (cento e quarenta e quatro) egressos da Licenciatura em Educação do Campo. Deste total, 26 (vinte e seis) nasceram no Vale do Jequitinhonha, o que equivale a 18% dos egressos. Esta é uma representatividade significativa, tendo em vista que o estado de Minas Gerais é ainda composto por mais 11 (onze) mesorregiões. (CARMO; MARTINS, 2021, p. 7).

O curso tem despertado o interesse de vários pesquisadores, que vêm discutindo os aspectos qualitativos dessa experiência formativa (CARVALHO, 2017; CONDE, 2016). Porém, somente a partir das investigações sobre o município de Rio Pardo (CARMO; MARTINS, 2021), do Núcleo de Pesquisa e Estudo sobre a Educação do Campo – NEPCAMPO, e de Ângelo (2019) e Carmo (2019) a respeito das reverberações do curso, com informações do ponto de vista censitário sobre os(as) egressos(as), começou a ser discutido o papel da formação em Educação do Campo na luta e na transformação social nos territórios.

O movimento de aproximação dos(as) egressos(as) com os territórios de suas ações ganha visibilidade com as pesquisas através de seus(suas) egressos(as) nos territórios mineiros, especialmente para entender qual o lugar que a formação ocupa. Em 2016 e 2017, destacaram-se duas pesquisas sobre a atuação de egressos(as) da LEdoC-UFMG, que está distribuída nas 11 mesorregiões do estado, sobressaindo-se as regiões do norte e noroeste mineiros e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

A pesquisa "Territórios, comunidades tradicionais do campo e desenvolvimento sustentável: repercussões das ações dos sujeitos formados pela licenciatura da UFMG no norte de Minas Gerais, no município de Rio Pardo de Minas", sobre os licenciados em 2017, ressalta como a formação na LEdoC mobiliza os sujeitos camponeses no município, apresentando a força e a importância do sindicato como agente mobilizador. Constatou-se que foi pela atuação dessa entidade que a presença dos jovens na formação ocorreu com apenas 1 aluno em 2005, chegando a 47 em 2015, totalizando 48 licenciados(as), com participação de 38 (trinta e oito) na mencionada pesquisa, o que corresponde a 80% do total de egressos(as) do município.

As pesquisas sobre egressos(as) citadas anteriormente apontam como resultados da formação em Educação do Campo grande diversidade de atuações em áreas não escolares em variados cargos e de diferentes instituições: assessoria nas ações do sindicato, associações nas comunidades e práticas escolares com professores em

cargos efetivos ou designados nas escolas do campo no município. Outro elemento evidenciado foi que, através do curso e da atuação de seus licenciados, forma-se uma rede entre sujeitos e territórios em todo o estado de Minas, sobretudo no Vale do Jequitinhonha, em defesa da Educação do Campo, materializando a territorialidade e a espacialidade do curso e indicando a presença nas ações socioprofissionais dos egressos na luta pela terra e por educação no estado.

Importa, ainda, dizer que o curso torna concreta a permanência da educação dos camponeses como direito, bem como a ampliação do próprio campo epistemológico da Educação do Campo na instituição para além da formação inicial, tendo sido ampliado seu campo para a formação continuada, a pós-graduação e a pesquisa na Universidade. As investigações a respeito dos sujeitos formados na LEdoC-UFMG revelam a importância de sua atuação nos territórios de origem, como profissionais capazes de compreender as necessidades presentes nas escolas do campo. Por isso a importância de uma formação mais ampliada, mais abrangente, já que eles têm de dar conta de uma série de dimensões educativas inerentes ao campo. O educador do campo precisa ter a compreensão da dimensão do seu papel na construção de alternativas de organização do trabalho escolar, uma atuação que entenda a educação como prática social e transformadora da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentado procurou demonstrar, por meio da análise da atuação dos(as) egressos(as) em seus territórios, como os cursos de Licenciatura em Educação do Campo pesquisados contribuíram com a materialização do direito à Educação Superior para os sujeitos do campo, tendo as instituições pesquisadas lhes ofertado, nos últimos dezesseis anos, 4.046 vagas no ensino superior.

As pesquisas analisadas evidenciam que as LEdoCs propiciaram mudanças significativas não somente na lógica de organização da Universidade, pela ruptura com paradigmas hegemônicos de organização didático-pedagógica, mas também fomentaram movimentos práticos de egressos(as) nos territórios de origem, de modo a promover o avanço do projeto territorial camponês. Esse movimento efetiva-se em mudanças sociais nos territórios investigados, ao mesmo tempo em que várias pesquisas apontam significativa contribuição dessas práxis na produção do conhecimento na academia.

As experiências apresentadas ao longo deste artigo demonstram o quanto o processo de implementação e expansão das LEdoCs em contextos universitários distintos foi importante como política pública para a materialização de uma determinada concepção de formação docente, cuja leitura crítica do território é fundamental à compreensão do mundo. Assim o é por possibilitar pensar os sujeitos e, com eles, os espaços e suas formas de viver e permanecer no campo, em que terra, luta, trabalho, educação, território, cultura e identidade são referências fundamentais para a compreensão e transformação das contradições que envolvem a realidade desses sujeitos.

Tal fenômeno tornou-se objeto de estudo de diferentes pesquisas acadêmicas nas quais foi explicitada a relevância social dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo na afirmação do direito à educação dos povos do campo em diferentes sentidos:

na contribuição às práticas educativas e de organização dos movimentos sociais e comunitários do campo; na afirmação da identidade dos povos do campo, águas e florestas; na materialização da Alternância Pedagógica, que possibilita o exercício da práxis e estreitos vínculos entre a Educação Superior e a Educação Básica; na formação por área de conhecimento; nas inovações curriculares e de seus projetos pedagógicos; no trabalho coletivo comprometido com transformações sociais na escola e além dela.

Artigo recebido em: 04/03/2022

Aprovado para publicação em: 17/05/2022

DEGREE IN RURAL EDUCATION AND THE GUARANTEE OF THE RIGHT TO EDUCATION: RESEARCH CONTRIBUTIONS ON THE PERFORMANCE OF ITS GRADUATES

ABSTRACT: The article presents research results on the performance of graduates of the Degree in Rural Education from federal institutions in the North, Midwest, and Southeast regions of Brazil, aiming to demonstrate the importance of the courses in defense of Education for the peasants. The methodology of documental analysis of theses and dissertations on the graduates of the LEdoCs, of published articles that deal with this theme and of the Pedagogical Political Projects of the courses, was adopted. The results show the importance of the Degree in Rural Education in the territories in focus, by expanding access to Higher Education with a significant offer of vacancies aimed at peasant, as well as the importance of these forming courses in the process of knowledge production.

KEYWORDS: Rural Education. Teacher Training. Right to Education. Graduates.

LICENCIATURA EN EDUCACIÓN DEL CAMPO Y LA GARANTÍA DEL DERECHO A LA EDUCACIÓN: APORTES INVESTIGATIVOS SOBRE EL DESEMPEÑO DE SUS EGRESADOS

RESUMEN: El artículo presenta resultados de investigación sobre el desempeño de los egresados de la Licenciatura en Educación del Campo de instituciones federales de las regiones Norte, Centro-Oeste y Sudeste de Brasil, con el objetivo de demostrar la importancia de los cursos en defensa de la Educación para los campesinos. Se adoptó la metodología de análisis documental de tesis y disertaciones de los egresados de las LEdoCs, de artículos publicados que tratan de esta temática, además de los Proyectos Políticos Pedagógicos de los cursos analizados. Los resultados muestran la importancia de la Licenciatura en Educación del Campo en los territorios analizados, al ampliar el acceso a la Educación Superior con una importante oferta de vacantes dirigidas a campesinos, así como la importancia de estos cursos de formación en el proceso de producción de conocimiento.

PALABRAS CLAVE: Educación del Campo. Formación de Educadores. Derecho a la Educación. Egresos.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e Reforma Agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, SP, n. 42, v. 4, p. 251-285, dez. 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7763>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ÂNGELO, A. A. **Um estudo sobre a prática político social de egressas da Licenciatura em Educação do Campo da FaE/UFMG**: possibilidades e desafios para a formação de educadores do campo. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ANJOS, M. P. **Institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo na Unifesspa**: avanços e contradições. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.

ARAÚJO, A. C. **Discursos que revelam o letramento acadêmico na (re)constituição identitária dos educandos da Licenciatura em Educação do Campo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

ARAÚJO SILVA, H. S. **Política de formação de educadores do campo e a construção da contra-hegemonia via Epistemologia da Práxis**: análise da experiência da LEdoC-UFPA-Cametá. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

BARROS, O. F. **Territórios do currículo por áreas de conhecimentos na Licenciatura em Educação do Campo da UFPA, Baixo Tocantins/PA, no combate às encruzilhadas das colonialidades**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital n.º 2, de 23 de abril de 2008**. Chamada pública para seleção de projetos de instituições públicas de ensino superior para o PROCAMPO. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_procampo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital n.º 9, de 29 de abril de 2009**. Chamada pública para apresentação de projetos para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital_procampo_20092.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital n.º 2, de 31 de agosto de 2012**. Chamada Pública para seleção de IFES e de IFECT para criação de cursos de Licenciatura em

Educação do Campo. Brasília, DF, 2012. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13300-edital-02-2012-sesu-setec-secadi-31-agosto-2012-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRITO, M. M. B. **Formação de professores na perspectiva da Epistemologia da Práxis: análise da atuação dos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

CARMO, N. C. C. **Mapeando a Educação do Campo em Minas Gerais: um estudo sobre egressos da Licenciatura em Educação do Campo da UFMG (2005-2011) do Vale do Jequitinhonha**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação e Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CARMO, N. C. C.; MARTINS, M. F. A. Mapeando a Educação do Campo em Minas Gerais: quem são e onde estão os egressos do LeCampo UFMG naturais do Vale do Jequitinhonha. **RBEC**, Tocantinópolis, TO, v. 6, e12931, p. 1-23, 2021. DOI:
<<http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12931>>. Disponível em:
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/12931>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CARVALHO, C. A. S. **Representações sociais das práticas artísticas na atuação de professores do campo**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CONDE, F. **Os professores de humanas de Jaboticatubas: territorialidade e trabalho docente no campo metropolitano**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FARIAS, M. C. G. **Alternância Pedagógica na formação do educador: contribuições da Licenciatura em Educação do Campo a partir da UNIFESSPA**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan./jul. 2005. Disponível em:

MOLINA, M. C.; HAGE, S. A. M.; MARTINS, M. de F. A.; PEREIRA, M. F. R.

<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FERREIRA, M. J. L. **Docência, escola do campo e formação**: qual o lugar do trabalho coletivo? 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

FONSECA, J. D. **Relação universidade e educação básica**: estudo da experiência do PIBID/Diversidade da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Abaetetuba. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FREITAS, L. C. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 906-926, out./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654333/19019>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

FRIGOTTO, G. A educação e o avanço da nova (ou extrema?) direita no Brasil. Entrevista cedida a J. F. Hermida e J. Lira. **Rev. Roteiro**, Joaçaba, SC, v. 45, e23215, p. 1-14, jan./dez. 2020. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23215/14306>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

HAGE, S. M.; FARIAS, M. C. G.; ARAÚJO, H. S. Alternância Pedagógica como estratégia de formação dos educadores do campo no curso de Licenciatura em Educação do Campo. //: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL NORTE DA ANPED, 1., 2016, Belém. **Anais** [...]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2016. p. 1938-1951. Disponível em: <http://www.ppgedufpa.com.br:7080/anpednorte/ANAIS_ANPED_NORTE_compressed.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

GOMIDE, C. S. *et al.* Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: experiência da UnB no sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga. **RBEC**, Tocantinópolis, TO, v. 4, e7187, p. 1-27, dez. 2019. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/7187/16101>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2020**. Notas Estatísticas. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areasde-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LOPES E SILVA, M. C. **Caminhos da interdisciplinaridade**: da formação por área de conhecimento à prática educativa de egressos da Licenciatura em Educação do Campo PROCAMPO/IFPA, Campus de Castanhal, PA. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MOLINA, M. C. Editorial: Resultados de pesquisas sobre os(as) egressos(as) das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil. **RBEC**, Tocantinópolis, TO, v. 6, e13419, p. 1-18, ISSN: 2525-4863, nov. 2021. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/13419/19290>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. F. A. Dossiê: a produção do conhecimento na Licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento da educação do campo. **RBEC**, Tocantinópolis, TO, v. 24, e240051, p. 1-30, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/kLbkvLHNmMNqTwYR6TW9Rym/?lang=pt>>. Acesso em: 08 jan. 2022.

MOLINA, M. C.; BRITO, M. M. B. Epistemologia da Práxis: referência no processo de formação inicial e continuada de formadores na Educação do Campo. //: MOLINA, M. C. (org.). **Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar**. Brasília, DF: MDA, 2017, v. II, p. 337-376.

MOLINA, M. C.; PEREIRA, M. F. R.; BRITO, M. M. B. A práxis de egressos(os) da LEdoC UnB na gestão das escolas do campo: caminhos para resistência à Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar. **RBEC**, Tocantinópolis, TO, v. 6, e12965, p. 1-48, ISSN: 2525-4863, nov. 2021. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/12965/19310>>. Acesso em: 08 jan. 2022.

MOLINA, M. C.; ROCHA, E. N.; SANTOS, C. A. Riscos, potencialidades e desafios na consolidação da política de educação superior para os povos do campo na Universidade de Brasília (UnB). //: MOLINA, M. C.; HAGE, S. M. (org.). **Licenciaturas em Educação do Campo: resultados da pesquisa sobre os riscos e potencialidades de sua expansão**. Florianópolis: LANTEC /CED/UFSC, 2019. p. 296-332.

MOLINA, M. C.; SANTOS, C. A.; BRITO, M. M. B. O Pronera e a produção do conhecimento na formação de educadores e nas ciências agrárias: teoria e prática no enfrentamento ao bolsonarismo. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 14, e4539138, p. 1-25, jan./dez. 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.14244/198271994539>>. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4539/0>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PEIXOTO DE CRISTO, A. C. **Formação em Alternância nas Amazôniaas: a Licenciatura em Educação do Campo/UNIFAP-AP e as interfaces com a Educação-Trabalho-Território**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

MOLINA, M. C.; HAGE, S. A. M.; MARTINS, M. de F. A.; PEREIRA, M. F. R.

PEREIRA, M. de L. S. **As contribuições da Licenciatura em Educação do Campo na transformação das relações de gênero**: um estudo de caso com as educandas do assentamento Virgilândia de Formosa/GO. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

PEREIRA, M. F. R. **A Licenciatura em Educação do Campo da UnB e a práxis docente na transformação da forma escolar a partir da atuação de suas egressas**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

SANTOS, C. A. O golpe e a cassação do direito fundamental dos camponeses à Educação do Campo. **OKARA - Geografia em debate** (UFPB), João Pessoa, v. 12, n.º 2, p. 422-433, 2018. Disponível em:
<<https://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41323/20698>>.
Acesso em: 22 jan. 2022.

SANTOS, J. **Licenciatura em Educação do Campo no território ribeirinho**: desafios e potencialidades na formação de educadores para a resistência na Amazônia. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.

SOUSA DA SILVA, M. D. **Práticas educativas populares na Licenciatura em Educação do Campo, no Território da Amazônia Tocantina**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

TRINDADE, A. C. P. **Representações sociais de egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPA**: formação e atuação no contexto social do campo. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MÔNICA CASTAGNA MOLINA: Pós-Doutorado em Educação pela UniCamp (2013). Professora Associada da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, do Programa de Pós-Graduação em Educação, e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da FUP-UnB. Desenvolve pesquisa sobre Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9901-9526>
Email: mcastagnamolina@gmail.com

SALOMÃO ANTÔNIO MUFARREJ HAGE: Doutor pela Universidade de Wisconsin-Madison (1999) e Doutor em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo (2000). É professor do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Linguagens e Saberes da Amazônia. Em pesquisas na área de Educação, privilegia as seguintes temáticas: educação do campo, políticas educacionais, educação de jovens e adultos, currículo e formação de professores na Amazônia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2859-1346>

E-mail: salomaohage53@gmail.com

MARIA DE FÁTIMA ALMEIDA MARTINS: Pós-doutoramento em Educação (2020). Atualmente é professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais, na Faculdade de Educação. Desenvolve pesquisa sobre Educação do Campo, Territórios e comunidades tradicionais.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9244-3404>

E-mail: falmartins.ufmg@gmail.com

MARCELO FABIANO RODRIGUES PEREIRA: Doutor em Educação pela Universidade de Brasília. É professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal atuando no nível de coordenação intermediária. Na área de Educação, desenvolve pesquisas no âmbito da Formação de Professores; Educação do Campo, Interdisciplinaridade/formação por área do conhecimento e Organização do Trabalho Pedagógico.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9021-9596>

E-mail: marcelo.fabiano@edu.se.df.gov.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).